

# UCRONIA DO ARQUIVO: O MATRIARCADO DE OSWALD DE ANDRADE

Gonzalo Aguilar

## RESUMO

Nos últimos anos, as passeatas pelos direitos das mulheres falam da queda do patriarcado. Na América Latina, somos beneficiados por ter Oswald de Andrade como um dos precursores das teorias sobre a superação do patriarcado na modernidade. Neste ensaio, empreendemos uma análise com o objetivo de compreender a concepção que Oswald de Andrade tinha sobre o patriarcado e como imaginava o seu fim.

**PALAVRAS-CHAVE:** Oswald de Andrade; Patriarcado. Antropologia; Johann Jakob Bachofen; Modernismo.

## ABSTRACT

In recent years, women's rights marches have addressed the decline of patriarchy. In Latin America, we are fortunate to have Oswald de Andrade as one of the pioneers of theories about overcoming patriarchy in modernity. In this essay, we undertake an analysis with the aim of understanding Oswald de Andrade's conception of patriarchy and how he envisioned its end.

**KEYWORDS:** Oswald de Andrade; Patriarchy; Antropofagia; Johann Jakob Bachofen; Modernism.

No final do “Manifesto Antropofágico”, de 1928, aparece a palavra “matriarcado”:

Contra a realidade social, vestida e opressora, cadastrada por Freud – a realidade sem complexos, sem loucura, sem prostituições e sem penitenciárias do matriarcado de Pindorama.

Em Piratininga  
Ano 374 da Deglutição do Bispo Sardinha (2021: 632)

O termo “matriarcado” tinha uma presença marginal no Manifesto, com apenas duas aparições, e estava longe do lugar que viria a ocupar em seu trabalho posterior. Possivelmente, Oswald já tinha conhecimento do livro de Friedrich Engels *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado*, no qual o companheiro de Marx desenvolve uma análise histórica baseada nos estudos do antropólogo americano Lewis Morgan e do jurista suíço Johann Jakob Bachofen, mas o seu encontro com Bachofen (a referência central nos seus escritos sobre o Matriarcado) é, sem dúvida, posterior à redação do Manifesto. Em 1938, em meio a um debate sobre a apropriação fascista de autores do passado, é publicado *Du règne de la mère au patriarcat*, uma seleção de *Das Mutterrecht* de Bachofen feita pelo filósofo comunista suíço Adrien Turel. A edição de Turel é importante porque retoma as instigações de Engels, insiste que Bachofen teria descoberto, cinquenta anos antes de Freud, o conceito de repressão (*refloulement*) e opõe-se à apropriação que os conservadores de direita, especialmente na figura de Ludwig Klages, haviam feito de Bachofen no início da década de 1920 (Bachofen, 1938). De fato, alguns anos antes, foi contra esta apropriação da direita que Walter Benjamin escreveu um perfil de Bachofen em que defendeu a sua leitura do mito e argumentou que: “a ideia de matriarcado não só o atraiu devido à noção de comunismo primitivo a ele associado, mas também devido à perturbação que provoca no conceito de autoridade” (2010, p. 125). Para Benjamin, Bachofen era uma “espécie de estudioso nobre” como Leibniz ou Aby Warburg, com quem os compara e que, apesar das suas simpatias pelo patriarcado, estava inaugurando, com as suas pesquisas sobre matriarcado, um caminho para uma crítica histórica numa leitura na contra a corrente do arquivo. Oswald, que não estava familiarizado com o texto de Benjamin (só publicado em 1954, ano da morte de Oswald), também descreveu Bachofen como um homem civilizado (alheio a qualquer pitada de fascismo), um bom burguês que “nunca foi um revolucionário”, “um turista culto e rico” mas que, com a sua tese de que “o Matriarcado precedeu ao Patriarcado em toda a terra”, apontou uma maneira de questionar a forma mais universal e duradoura de dominação na história da humanidade (2021, p.787). Como Ivan Jablonka escreve no seu livro *Homems justos*:

“O domínio masculino é uma das características mais universais [e duradouras] do planeta [terra]” (2020, p. 19). E, assim, as pesquisas de Bachofen indicavam a possibilidade de construir um relato alternativo.

O encontro de Oswald com a antologia dos escritos de Bachofen teve um efeito retroativo e o levou a colocar o conceito de “matriarcado” no centro do seu pensamento antropofágico. Nesta leitura retrospectiva que Oswald iniciou da sua própria teoria, quase vinte anos mais tarde, ou seja, no período do pós-guerra, a datação do manifesto, que visava dinamitar o calendário gregoriano (ou seja, a temporalidade cristã do Messias), assumiria um novo significado em seus ensaios e, sobretudo, em sua tese *A crise da filosofia messiânica*: o matriarcado de Pindorama não era mais do que o regresso de um direito, o direito matriarcal, que tinha precedido o patriarcado na Antiguidade em toda a Terra (e não só em Pindorama). Com esta dupla referência temporal, a entrada dos índios da América na história mundial (ou do “homem do Equador”) trouxe um corpo antes da história da queda (ou do pecado) que em sua nudez mostrou que a “vergonha” (o sinal corporal imediato da existência do pecado) não definiu o humano, mas a passagem para o patriarcado (Eva nascendo da costela de Adão) e um esquecimento que as terras sem pecado viriam a revelar. Já num poema de *Pau-Brasil*, que reescreve a carta de Pero Vaz de Caminha, lemos isso:

as meninas da gare

Eram três ou quatro moças bem moças e bem gentis  
Com cabellos mui pretos pelas espáduas  
E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas  
Que de nós as muito bem olharmos  
Não tínhamos nenhuma vergonha (2021, p. 24)

São os portugueses que curam o seu olhar, como fizeram os marinheiros normandos que se despiram juntamente com os índios trazidos para a Europa para participar das festividades de Rouen em 1550 (o primeiro carnaval brasileiro em terras europeias dos índios Tupi), como foi interpretado por um dos assistentes que serviu como testemunha para Michel de Montaigne, em seu texto “Os Canibais”. A universalidade de uma humanidade sem pecado tem, então, dois momentos: o anterior ao Patriarcado (colocado por Bachofen) e o aparecimento dos Tupinambás nus na cena europeia, trazendo tanto uma ideia de liberdade como de declínio do Ocidente. “O Oriente esgotou-se. O Ocidente está sendo esgotado. Pela primeira vez o homem do Equador vai falar”, escreveu Oswald em 1930: os índios expandem radicalmente o “pobre” universalismo europeu (como se leu no Manifesto),

mas agora, em uma nova constelação temporal que levará a Oswald, em sua tese, a ir às origens do Antropoceno.

A leitura de Bachofen permitiu a Oswald desenvolver a oposição entre matriarcado e patriarcado, entre devoração e messianismo e a ideia do “homem natural” que, se na década de 1920 se referia ao Tupi, poderia agora ser alargada a toda a face da Terra e a tempos talvez indocumentados. Oswald estava, sem dúvida, mais interessado na crítica à autoridade que a hipótese promove do que na sua justificação histórica ou etnográfica. De fato, como disse o antropólogo Eduardo Viveiros de Castro numa conversa recente, não há nenhuma prova empírica da existência de matriarcado entre os ameríndios (para além da descendência matrilinear), muito menos numa fase anterior à atual (dominada pela lei patriarcal), de acordo com a hipótese de Bachofen. E, no entanto, o erro oswaldiano abre um campo de conhecimento, é uma “contribuição milionária” na área que nos ocupa (*a poiesis do arquivo*), especialmente quando, na tese *A crise da filosofia messiânica*, escreve que "será preciso criar uma Errática, uma ciência do vestígio errático, para se reconstituir essa vaga Idade de Ouro, onde fulge o tema central do Matriarcado." (2021, p. 666).

Porque, para além da inexistência de provas empíricas conclusivas, a Errática, ou a “ciência do vestígio errático” que ele propõe em sua tese, faz uma entrada *ucrônica* no arquivo, que é o que me interessa aqui. O que eu chamo ucrônia do arquivo é algo muito simples e refere-se ao fato de que o investigador entra com uma ideia que pode inverter a natureza do arquivo e justificar uma leitura contra a corrente: o complexo de Édipo de Freud ou a luta de classes de Marx, para dar dois exemplos didáticos. São leituras em que a diferença dos roteiros pela superfície dos discursos – como é o caso de Michel Foucault, por exemplo –, procura aquilo que foi apagado. O que é central não é a existência empírica do Matriarcado, mas as possibilidades que se abrem no arquivo quando especulamos: procurar os vestígios do Matriarcado para criticar o Patriarcado e o messianismo e apontar para novas formas de sociabilidade e relações de poder. A provocação que Oswald extrai de Bachofen é inteiramente atual. Assim, quando uma jovem segura a placa “El Patriarcado se va a caer” (O Patriarcado vai cair) nas marchas “Ni una menos”, em Buenos Aires e por toda a América Latina, pergunto-me se talvez Oswald nos possa dizer algo sobre essa queda anunciada e desejada.

No encontro entre Oswald e Bachofen, há um elemento em comum que deve ser tido em conta porque – no caso do escritor brasileiro – configura a característica mais original do movimento antropofágico de vanguarda: ambos eram juristas, Bachofen formou-se na Universidade de Berlim e Oswald na Faculdade de Direito do Largo de São Francisco, em

São Paulo. Não creio que haja qualquer movimento artístico de vanguarda dos anos 1920 no qual as questões jurídicas tenham sido tão centrais como no antropofágico: boa parte do Manifesto é sobre conflitos de direito. É também o que acontece no “Primeiro Congresso Brasileiro de Antropofagia”, anunciado pela Revista de Antropofagia, onde serão discutidas uma série de propostas, das quais as três primeiras são: divórcio, maternidade consciente e impunidade do homicídio piedoso. As três propostas não estão relacionadas com a arte, mas com o direito. Duas delas seguem sem ter estatuto legal no Brasil (aborto e eutanásia) e o divórcio foi autorizado em 1977, quase cinquenta anos depois. Os dois primeiros referem-se especificamente às mulheres e aos direitos sobre os seus corpos. Ao colocar o “divórcio” em primeiro lugar, o movimento não só quis atacar a família tradicional, como também dar, às mulheres, a oportunidade de deixar a instituição patriarcal por excelência: o casamento. Oswald já tinha salientado que o lema do direito civil (“Pater est juste quem nuptiae demonstrat”) é a pedra angular do direito patriarcal. Através do casamento, o pai apropria-se da prole e transforma-se no “pater familias”.

No período pós-guerra (especialmente em sua tese *A crise da filosofia messiânica*, que escreveu em 1950 para a cadeira de Filosofia na USP), Oswald retoma as teses antropofágicas, mas agora, impulsionado pela sua leitura de Bachofen, projeta-as a uma escala universal. Em sua viagem febril pela história humana, propõe duas formas de atravessar o arquivo. A dacqueana, inspirada pelo geólogo alemão Edgard Dacqué (1878-1945), pretende mostrar a porosidade entre o humano e o não-humano. A tese dacqueana consiste em “uma biotipologia”, uma “iconografia histórica das artes e mesmo da fotografia”, para ver vestígios humanos em animais e vestígios de animais em seres humanos: “há muito que é humano em cada espécie animal”, sustenta Oswald, e conclui: “Seria aceitar o ponto de vista do primitivo que se identifica com o totem”. Oswald retoma o que está indicado no “Manifesto” na figura de Vladimir Voronoff, o médico russo que enxertou glândulas de macaco em humanos para os rejuvenescer: a técnica revela a “promiscuidade original” que é um dos tópicos do texto. A outra, que é a que mais me interessa aqui, é a Errática, que propõe um “roteiro” que inverte o poder espectral do arquivo, o seu efeito patriarcal. A Errática põe em cena a necessidade de articular uma forma de pensar que possa resgatar, dos vestígios e restos, aquilo que foi reprimido ou “derrotado” e incorporar o poder dos símbolos, ficções e imaginação (“o mito não é lixo”, escreve Bachofen). Se o Matriarcado desapareceu da face da Terra, como podemos pensar sobre isso? A partir de vestígios, dos mitos (como é o caso do Orestes), nos deslumbrantes vestígios que aparecem numa cerimônia eclesiástica, na experiência de um poema ou, sobretudo, nas sociedades tupi. Tudo acontece em hipótese (a de um poder

diferente) que nos faz ler o arquivo de uma forma diferente. Face aos sistemas evolutivos, completos e hegemônicos, a Errática é a pilhagem inoportuna da história, a luta agonizante para trabalhar com a história episódica e dispersa – os termos são de Antônio Gramsci – que nunca foi articulada por nenhum Estado. Como Walter Benjamin apela em *Passagens*: “para criar história a partir do próprio detrito da história”. Tal entrada no arquivo implica profundas transformações, mesmo do próprio corpo humano que, como tentei mostrar em outro texto, privilegia o pé sobre a cabeça, o “roteiro” sobre “as ideias” que “queimam gente nas praças públicas”. É o humano mesmo – como também acontece na dacqueana – o que está sendo questionado nessa ucronia do arquivo.

A entrada no arquivo com base na premissa da existência do Matriarcado não é nova no Brasil. No século XIX, o romantismo já o tinha feito por meio da discussão das Amazonas. Em 1855, D. Pedro II encarregou o poeta Gonçalves Dias de responder à pergunta: “Se existiram Amazonas no Brasil?” O ensaio foi publicado na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Ao longo de sessenta páginas, Gonçalves Dias traça a história das Amazonas desde a sua origem asiático-europeia na Cítara até a sua possível propagação na América. O poeta mergulha nos arquivos e estabelece alguns princípios metodológicos: desconfia das fontes, tanto dos viajantes que escrevem “para o vulgo o maravilhoso – para o governo o interesse – e para a rainha a lisonja” (1855, p. 42) como dos índios que são “credulos no que ouvem, e exagerados no que narram” (1855, p. 53). Com um certo ceticismo, investiga a existência de “gynecêos políticos”, de “uma republica exclusivamente composta de mulheres” (e vejam que a palavra “republica” tem conotações particulares numa investigação promovida por um monarca).

Gonçalves Dias chega a uma conclusão negativa não tanto por razões históricas como pela sua perspectiva patriarcal, o que o leva a desconfiar de certos fatos. Como poderiam ter vivido pacificamente “centenas de mulheres ao mesmo tempo tolas, homicidas, infanticidas e belicosas” (1855, p. 58). “Não é possível crer, que os homens de uma nação, se deixassem avallassar e subjugar completamente pelas mulheres”, deveriam ser muito “resolutos” e “muito poltrões” (1855, p. 57). Nem mesmo os bárbaros admitiriam a superioridade ou o domínio das mulheres sem protestar. Seria “um acto contra a natureza” e não poderia tornar-se uma “norma de vida”. Estaria transgredindo tanto a lei sálica da humanidade (que impedia as mulheres de reinar) como a “lei eterna da Providência que criou os homens para viverem em família”. Finalmente, e previsivelmente, o poeta chega ao instinto materno, uma instância universal e inata que impediria de afirmar a existência das Amazonas: há uma “dificuldade de combinar a piedade materna com a descaravel

crueledade das amazonas” (1855, p. 20). Pode haver uma mulher sem coração, pergunta Gonçalves Dias, pode haver uma mulher sem “coração materno”? (1855, p. 59)

A ideia da Errática – tão bem representada pelo *Abaporu* de Tarsila do Amaral ou pela Amazônia da sua *Antropofagia* – de que para entrar no arquivo é necessário modificar o corpo humano, a sua hierarquia naturalizada (a cabeça sobre o pé), aparece no momento em que Gonçalves Dias relaciona os corpos selvagens das Amazonas com monstros políticos. Uma série inteira de seres monstruosos aparece então em texto, que o poeta evoca, bem como expulsa. Os eunucos impotentes, os “maridos zangãos”, as travestis (ou seja, os “homens na paz obrando e vestindo como se fossem mulheres”), os “banquetes mais hediondos do que os nossos antropófagos”, os “ewaipanomas, nação de acephalos que tinham os olhos nas espáduas e a boca no peito” (1855, p. 33-34). No decurso da sua investigação, Gonçalves Dias encontra o outro do patriarcalismo monárquico. Uma zona em que ele entra e na qual só pode produzir monstros ou inimigos políticos.

Quase vinte anos após a publicação do ensaio de Gonçalves Dias, José de Alencar escreve, no seu romance *Ubirajara*, de 1874, numa das notas que acompanham a lenda:

*Mulheres guerreiras.*— Alusão às Amasonas cuja existência é tão controvertida. Eu acredito na sua existência, embora reconheça que houve exageração de Orellana. Não é este o momento de elucidar este ponto da história, ou antes mythologia do Brazil selvagem. Proponho-me a fazê-lo, quando publicar uma lenda que tenho esboçada acerca do assumpto. Nessa ocasião direi o que entendo acerca da memória do Dr. Gonçalves Dias. publicada na *Revista do Instituto*. (1874, p. 197).

Mas quem será mais radical em seu questionamento do texto de Gonçalves Dias é o poeta Sousândrade, certamente porque entrou no arquivo com uma perspectiva republicana e antimonárquica em “Canto Segundo”, na parte conhecida como “O Tatuturema” do seu poema *O Guesa*, que publicou pela primeira vez em 1867, mas que reescreveu até aos anos 1880. Que Sousândrade lera o texto de Gonçalves Dias pode ser verificado por uma das passagens deste canto:

(TIMONO DE ATENAS lendo CAMOENS e VIRGILIO:)

[...] (Educação moral prática:)

- A mulher, é Jovita;

O homem, Bennetteton:

Oh! faz a Hudson-manbusiness,

Amores livres;

Amazonas, poltrão! (2013, p. 85)

No seu estilo elíptico, de escrita violenta por extração e montagem, a mulher é transformada em soberana (leio Jovita como feminização de Jove, Júpiter), em Amazonas. E o homem, usando a mesma palavra de Gonçalves Dias, mas com outro sentido, em “poltrão”. No mesmo Canto, as Amazonas transformam-se em personagens e praticam a grande inversão que governa o mundo ideológico e imaginativo de Sousândrade: porque o poeta maranhense não só quis tomar uma posição política com a montagem, como o seu republicanismo atacou o Rei e o sistema patriarcal em que estava baseado. Ouçamos as Amazonas:

(AMAZONAS de guerra melhorando a gênese supersticiosa).  
- Terra humana, primeiro,  
Deus fez Eva; e depois  
Paraíso sendo ela  
Tão bonito,  
Ele fez Adão.

As Amazonas refutam a versão bíblica e invertem-na: Eva não vem da costela de Adão, mas Deus fez a mulher primeiro (o homem seria uma pobre imitação). Para Sousândrade, serve para inverter e afirmar ainda mais a terra sem pecado que, se no movimento antropofágico teve a ver com nudez e a falta de vergonha, em *O Guesa* recebe uma nova inflexão amazônica: o pecado é o produto de uma imaginação masculina, uma superstição que deve ser melhorada.

Ao mesmo tempo que Gonçalves Dias realizava a sua pesquisa sobre as Amazonas, Bachofen escrevia o seu monumental trabalho sobre o Matriarcado; e embora Bachofen argumente que existe uma “degeneração amazônica da hegemonia feminina”, a questão amazônica não só encenou a discussão sobre o patriarcado no Brasil do século XIX, como essa discussão se estendeu ao longo do século XX. A antologia francesa de Adrien Turel não é a única citada por Oswald. O outro texto que serviu de fonte para ele foi uma edição italiana publicada em 1948. Foi difícil de encontrar porque Oswald o cita erroneamente na bibliografia, como ocorre frequentemente no caso de outros títulos da tese, sob o título: *As mães e a virilidade olímpica*. O título citado é *Le madri e la virilità olimpica. Storia segreta dell'antico mondo mediterraneo*. Ao contrário da edição francesa, que foi escrita por um pensador de esquerda, a antologia italiana é prefaciada por ninguém menos que Julius Evola (1898 - 1974), um militante de extrema-direita e uma das figuras-chave do neofascismo europeu. De acordo com Eva Cantarella, autora da outra antologia feminista de língua italiana de Bachofen, *Il potere femminile. Storia e teoria*, de 1977, “o poder feminino, para Evola, no mundo contemporâneo manifesta-se mesmo em formas amazônicas”. E cita Julius Evola: “Aqui está, então, a nova mulher masculinizada, desportista e garçonne, a mulher que se dedica a

um desenvolvimento unilateral do seu corpo, que trai a missão normal que lhe corresponde numa civilização viril, que se emancipa, se torna independente, e até penetra na arena política” (Bachofen, 1977, 14). Obviamente uma situação que Evola constata com pesar.

As leituras de Benjamin, Turel, Evola e Cantarella, assim como a de Oswald, mostram como Bachofen se tinha tornado um terreno em disputa de lutas feministas no século XX. Em 1908, o *Groupe Français de Études Féministes* produziu a primeira edição francesa da obra de Bachofen. O argumento principal é que “[...] na arena da razão, da justiça, em nome da própria preservação da nossa espécie comprometida pelos excessos do sexo oposto, que as Amazonas do século XX vencerão as batalhas decisivas”. Muitos anos após a edição do *Groupe Français de Études Féministes*, duas importantes escritoras feministas resgataram uma vez mais o jurista suíço: Hélène Cixous, em *La risa de la Medusa*, sublinha que Bachofen “extraí efeitos poéticos e míticos [...] poderosamente subversivos em termos de história da família e do poder masculino” (2001, p. 41) e Luce Irigaray, em *Yo, tú, nosotras. Por una cultura de la diferencia*, fala de culturas que foram censuradas, mas com valores que por vezes “ressurgem através de normas patriarcais” (1992, p. 22-23). Carole Pateman, em seu livro *O Contrato Sexual*, faz uma leitura interessante dos debates sobre o patriarcado no contexto das discussões sobre o liberalismo e as tensões entre contratualismo e sistemas baseados na autoridade masculina e paterna. Em sua releitura de Bachofen, o interesse da interpretação de Pateman reside no fato de que, no contexto moderno, o patriarcado é fraternal, contratual e estrutura a sociedade civil capitalista. Mas o contrato entre iguais não inclui as mulheres como iguais e, quando o faz, é em troca da sua obediência por proteção (1995, p. 39). Estes são resgates num momento em que as leituras de gênero precisavam mostrar a natureza contingente do falocentrismo e do domínio masculino e questionar a sua universalidade trans-histórica.

Embora o contexto em que escreve a tese seja muito diferente, Oswald também detecta a crise do patriarcado muito cedo. No *Diário confessional*, fala da “decomposição do próprio mundo” e volta a atacar a figura falocêntrica das “pater famílias”, já presente no *Manifesto*, de 1928, e que está no centro do direito jurídico ocidental. Para este fim, questiona a ucronia do arquivo proposta por Sigmund Freud quando lê o desejo humano à luz do mito de Édipo. Oswald atribui a invenção freudiana de Édipo a uma “confusão que o patriarcado gerou” (2021, p. 689). Para defender a sua hipótese, recorre a um livro que situa “no pórtico da nova era matriarcal” e chama um “evangelho feminista”: *Le Deuxième Sexe*, publicado em 1949, mesmo ano em que a tese foi escrita e ainda não fora traduzido para português ou inglês. Embora Simone de Beauvoir rejeite as teses de Bachofen, ambas coincidem no

deslocamento de Édipo como instância ucrônica do arquivo, “Ce n'est pas la libido féminine qui divinise le père' [não é a libido feminina que diviniza o pai], lê-se em *Le Deuxième Sexe* de Simone de Beauvoir” (2021, p. 689). Porque, no final, como escreve Oswald, “que sentido teria num matriarcado ou complexo de Édipo?”. A passagem não só exhibe a curiosidade oswaldiana, mas o modo como o desejo é capturado na história patriarcal. A chave do desejo na cultura patriarcal, na leitura de Oswald, é a renúncia à devoração para se entregar à promessa messiânica.

Oswald opõe-se a esta figura de autoridade paterna, estes sacerdotes, estes Messias que prometem uma vida futura como consolo para as dores terrenas – um discurso dominante hoje em dia em muitas igrejas evangélicas – e faz várias incursões críticas: ele propõe uma temporalidade diferente, não messiânica (já vimos o que ele fez com o calendário gregoriano), uma corporeidade não hierárquica, uma devoração não androcêntrica e uma crítica à noção de propriedade (oposta à de usufruto, como faz, por exemplo, nos poemas da colonização de *Pau Brasil*) no que é, talvez, um dos seus legados mais polêmicos, uma vez que, hoje, a política encontra o seu limite no direito à propriedade que foi sacralizada. Essa é a sua ucrônia arquivística que pode ser sintetizada num conceito, o de “Errática”, esse belo neologismo que é simultaneamente “erro” e também “errar” ou deambular, longe da autoridade e à procura de todos os sinais de protesto. Como ele escreveu num dos seus últimos textos, “No fundo de cada utopia não há somente um sonho, há também um protesto” (2021, p. 779). É por isso que o desafio de Oswald – aquele “barba azul curioso, familiar e feminista”, como lhe chamou Antônio Candido – não é tão diferente daquele que nos é sugerido pelo cartaz levado por uma menina numa passeata: como é que imaginamos que, no futuro, será a queda do patriarcado?

## REFERÊNCIAS

AGUILAR, Gonzalo. **Por una ciencia del vestigio errático** (Ensayos sobre la antropofagia de Oswald de Andrade). Buenos Aires: Editorial Grumo, 2010.

ALENCAR, José de. **Ubirajara** (Lenda tupi). Rio de Janeiro: Garnier, 1874.

ANDRADE, Oswald de., SCHWARZ, Jorge (Org). **Obra incompleta**. São Paulo: EDUSP.

\_\_\_\_\_. **Diário confessional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BACHOFEN, Johann Jakob. **Le droit de la mère dans l'Antiquité: préface de l'ouvrage “Das Mutterrecht”**. Paris: Groupe français d'études féministes, 1903.

\_\_\_\_\_. **Du règne de la mère au patriarcat. Pages choisies**, prefacio de Adrien Turel. Paris: Alcan, 1938.

\_\_\_\_\_. **Il potere femminile: storia e teoria**, edición de Eva Cantarella. Milão: Il saggiatore, 1977.

\_\_\_\_\_. **El matriarcado** (Una investigación sobre la ginecocracia en el mundo antiguo según su naturaleza religiosa y jurídica), traducción e introducción de María del Mar Llinares García, Madrid, Akal, 1987.

BEAUVOIR, Simone de. **El segundo sexo, tomo 1**. Buenos Aires: Leviatán, 1957.

BENJAMIN, Walter (1999): **The Arcades Project**. Cambridge: Belknap Press, 1999.

\_\_\_\_\_. **Escritos franceses**. Buenos Aires: Amorrortu, 2010.

BUTLER, Judith. **El género en disputa**. El feminismo y la subversión de la identidad. Buenos Aires: Paidós, 2016.

CANDIDO, Antonio. **Os dois Oswalds**. In: Recortes. São Paulo, Companhia das Letras, 1993.

CAROLE, Pateman. **El contrato sexual**. Barcelona / México: Anthropos / Universidad Autónoma Metropolitana, 1995.

CIXOUS, Hélène. **La risa de la Medusa** (Ensayos sobre la escritura). Barcelona: Anthropos Editorial, 2001.

DENIS, Ferdinand. **Uma festa brasileira celebrada em Rouen em 1550**. edición de Eduardo de Almeida Navarro. São Bernardo de Campo: Bazar das Palavras, 2007. Primera edición: 1850.

DIAS, Antonio Gonçalves Dias. **Si existiram amazonas no Brasil?**. In: Revista del Instituto Historico e Geographico do Brazil - tomo 18. Rio de Janeiro: IGHB, 1855.

GRAMSCI, Antonio. **Antología**. México: Siglo XXI, 1992.

IRIGARAY, Luce. Yo, tú, nosotras. **Por una cultura de la diferencia**. Madrid: Cátedra / Universitat de Valencia, 1992.

JABLONKA, Ivan. **Hombres justos**. Buenos Aires: del Zorzal, 2020.

SOUSÂNDRADE, Joaquim de. **O Guesa**. Rio de Janeiro: Ponteio, 2013.